



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO
PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026 DO
MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA (PLE n.º 452/2025)**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

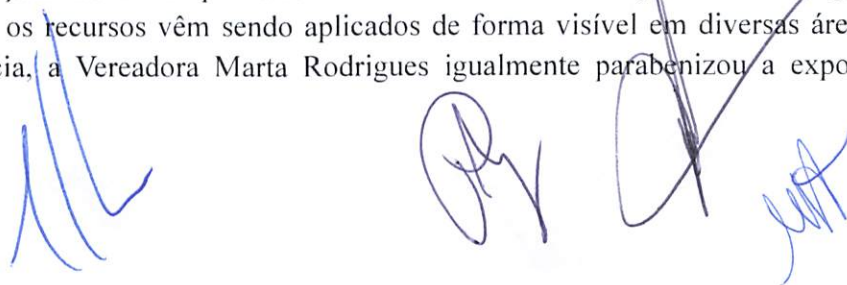
20ª LEGISLATURA

26 de novembro de 2025

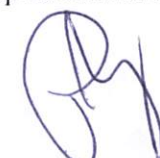
Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se, no Auditório do Centro de Cultura Vereador Manuel Querino da Câmara Municipal de Salvador, situado na Praça Thomé de Souza, Centro, nesta capital, Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício financeiro de 2026 do Município de Salvador (PLE n.º 452/2025 – “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salvador, para o exercício de 2026, e dá outras providências”), em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença os vereadores **Paulo Magalhães Júnior**, Vice-Presidente da Comissão, **Alexandre Aleluia**, **Kel Torres**, **Marta Rodrigues** (membros), **Aladilce**, **Cláudio Tinoco**, **Kiki Bispo**, **Professor Hamilton Assis** e **Sélvio Humberto**, o Chefe da Casa Civil, **Luiz Carreira**, a Assessora Especial da Casa Civil, **Ana Nery Reis**, a Diretora Geral de Orçamento, **Virgínia Porto**, além de outras autoridades e membros da sociedade civil. O vice-presidente da comissão, vereador Paulo Magalhães Jr., responsável pela condução dos trabalhos na oportunidade, declarou aberta a audiência, salientou a relevância do debate técnico e enfatizou que a Lei Orçamentária Anual deve ser examinada com foco em sua função essencial de planejamento governamental. Pontuou que o prazo para apresentação de emendas encontra-se encerrado, sendo, neste momento, objetivo central compreender de maneira mais detida a proposta para o exercício subsequente. Informou que a proposta orçamentária para 2026 está estimada em aproximadamente R\$ 15 bilhões, representando crescimento de 18,8% em relação ao exercício anterior, resultado que, segundo afirmou, evidencia responsabilidade fiscal e zelo com a coisa pública. Registrou, ainda, que as áreas de Saúde e Educação permanecem entre as maiores despesas obrigatórias, conforme determina a legislação vigente, destacando que o Município já aplica mais de 26% em Educação e mantém os percentuais constitucionais de investimento em Saúde. Na sequência, foi concedida a palavra ao Chefe da Casa Civil Municipal, Sr. Luiz Carreira, que abordou o incremento na previsão de recursos da Lei Orçamentária em comparação ao exercício antecedente, incremento esse que, conforme assinalou, assegura à Administração Municipal significativa capacidade de investimento. Explicou que tal resultado decorre do esforço de melhoria da arrecadação e da contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras. O Sr. Carreira ressaltou a importância da audiência pública como instrumento de transparência da peça orçamentária, afirmando tratar-se de oportunidade fundamental para que

a sociedade compreenda a destinação dos recursos públicos. Destacou que a LOA organiza as receitas e despesas municipais e orienta o programa de trabalho para o exercício seguinte, observando que o orçamento de 2026 demonstra a pujança econômica do Município e sua capacidade de ampliar receitas próprias, paralelamente à captação responsável de recursos externos. Assinalou, ainda, que a Prefeitura tem mantido elevado índice de cumprimento das metas e compromissos planejados, conforme indicadores nacionais de monitoramento, ressaltando que o equilíbrio fiscal alcançado tem permitido a execução de investimentos em diversas áreas da cidade. Em seguida, foi concedida a palavra à Sra. Virgínia Porto, responsável pela exposição dos principais aspectos que estruturam o Projeto da LOA 2026. Inicialmente, a expositora contextualizou a natureza e a finalidade da Lei Orçamentária Anual, destacando tratar-se de lei de iniciativa do Poder Executivo que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro, constituindo peça fundamental do planejamento governamental e instrumento de controle, transparência, monitoramento da execução fiscal e responsabilização na gestão pública. Ressaltou que a elaboração do orçamento observou o conjunto de normas que compõem o cenário legal e institucional, incluindo a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO 2026, o PPA 2026-2029, além das portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos aplicáveis. Em seguida, foram apresentados os parâmetros macroeconômicos utilizados na construção do Projeto da LOA 2026, com base nas projeções do Boletim Focus do Banco Central, notadamente os índices relativos à inflação, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e taxa Selic, que serviram de base para estimativa das receitas municipais. A Diretora passou, então, à exposição do quadro geral da receita, demonstrando que o Projeto de Lei estima a arrecadação total em R\$ 14.963.154.000, representando crescimento de 18,8% em relação ao exercício anterior. Falou a respeito da expansão das receitas correntes e de capital. Detalhou ainda o comportamento dos principais grupos de receitas, destacando o aumento das transferências correntes e a ampliação das operações de crédito, contratadas com organismos internacionais e instituições financeiras como BID, BIRD, CAF e BNDES, destinadas a investimentos em infraestrutura, mobilidade urbana, políticas sociais, sustentabilidade, inovação e modernização da gestão pública. Prosseguindo, apresentou o detalhamento da despesa fixada em valor idêntico ao da receita, conforme determina o princípio do equilíbrio. Destacou que 61% das despesas totais correspondem a despesas obrigatórias, compostas por pessoal e encargos, custeio, juros e encargos da dívida, contrapartidas de operações de crédito e convênios, além da reserva de contingência. Os 39% restantes referem-se às despesas discricionárias, destinadas a investimentos e ações finalísticas das diversas políticas públicas. Explicou a distribuição das despesas por grupos, categorias, funções e órgãos, apontando, entre outros dados, que as maiores alocações concentram-se nas áreas de Saúde, Urbanismo e Educação, seguidas das funções Assistência Social, Transporte, Cultura, Administração, Segurança Pública, Previdência e Encargos Gerais. Mencionou, ainda, o detalhamento por órgão, ressaltando o volume orçamentário destinado às Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Ordem Pública, Mobilidade, Manutenção da Cidade, Infraestrutura e Obras Públicas e aos Encargos Gerais do

Município. Na sequência, expôs os principais destaques do programa de trabalho previsto na proposta orçamentária, abrangendo programas de governo, ações orçamentárias, projetos e atividades finalísticas. Nesse ponto, salientou que a LDO este ano não veio com os destaques das ações, uma vez que o PPA ainda estava em construção à época da elaboração. Os referidos destaques de ações estão contemplados na LOA. Descreveu as iniciativas estruturantes previstas para o exercício de 2026, destacando, na área da Educação, a construção, reconstrução e reforma de unidades escolares, ampliação de vagas de creche e pré-escola, fortalecimento da gestão pedagógica e do atendimento especializado. Na área da Saúde, apresentou a conclusão da Maternidade e Hospital da Criança, implantação de novas unidades de saúde da família, reestruturação da rede especializada, ampliação da oferta de serviços de atenção psicossocial, construção e reforma de unidades de pronto atendimento e fortalecimento da assistência veterinária. Ressaltou, ainda, investimentos em infraestrutura esportiva, implantação do Programa Sempre Esportivo e construção de equipamentos como arena multiuso. No âmbito da Assistência Social e Cidadania, foram destacados programas voltados à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, políticas para pessoas com deficiência, enfrentamento à insegurança alimentar, implantação e revitalização de equipamentos socioassistenciais, ações de combate à violência contra a mulher, programas voltados à população idosa, fortalecimento das políticas de igualdade racial e diversidade, apoio a comunidades quilombolas e ampliação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Nas áreas de Mobilidade, Urbanismo, Saneamento e Habitação, apresentou-se a aquisição de ônibus elétricos e convencionais, implantação de vias estruturantes, repavimentações, construção e requalificação de passarelas, melhorias em pontos críticos de trânsito, ações de conservação urbana, requalificação de praças, escadarias e passeios, estabilização de encostas, implantação de geomantas, limpeza e manutenção da microdrenagem, ampliação de programas habitacionais e regularização fundiária. Foram ainda detalhadas ações referentes aos serviços públicos, à modernização da iluminação municipal, ao ordenamento do comércio de rua, ao fortalecimento das Prefeituras-Bairro, aos programas de qualificação profissional e empreendedorismo, às iniciativas de inovação tecnológica e governo digital, aos programas voltados à sustentabilidade e resiliência climática, bem como às ações de promoção cultural, valorização do patrimônio histórico e fortalecimento das políticas de turismo. A expositora também apresentou as iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão pública e fiscal, incluindo monitoramento orçamentário, ampliação da transparência, ações de regulação e fiscalização dos serviços públicos concedidos e programas de capacitação de servidores. Concluída a apresentação, o condutor da audiência franqueou a palavra aos vereadores e ao público presente, que formularam questionamentos e sugestões sobre os aspectos tratados. O Vereador Kiki Bispo registrou elogios à apresentação realizada pela Diretora-Geral, Sra. Virgínia Porto, bem como à Comissão responsável pela condução da Audiência Pública, ressaltando que o evento fortalece a participação da população na construção do orçamento municipal. Destacou o crescimento do orçamento ao longo dos anos e afirmou que os recursos vêm sendo aplicados de forma visível em diversas áreas da cidade. Na sequência, a Vereadora Marta Rodrigues igualmente parabenizou a exposição



apresentada e solicitou esclarecimentos acerca da previsão de despesas por função referente ao Poder Legislativo, cujo percentual destinado corresponde a 2% do total. Frisou que a peça orçamentária ultrapassa a dimensão técnica, configurando-se como expressão das prioridades do Município e instrumento de transformação social. Pontuou a discrepância entre os orçamentos reservados às Secretarias de Reparação, de aproximadamente R\$ 13 milhões, de Sustentabilidade, Resiliência e Proteção Animal, de R\$ 88 milhões, de Política para as Mulheres, Infância e Juventude, de R\$ 93 milhões, de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, de R\$ 66 milhões, e o destinado à Secretaria de Comunicação, da ordem de R\$ 112 milhões. Abordou o impacto das renúncias fiscais sobre as áreas de Saúde e Educação, destacando que, para 2026, está prevista renúncia estimada em R\$ 146 milhões, com potencial redução de recursos para essas áreas. Registrou, ainda, a queda orçamentária da Casa Civil e da Secretaria de Inovação e Tecnologia, e tratou dos valores destinados ao Programa de Educação de Jovens e Adultos, recomendando que os recursos previstos para 2026 sejam integralmente executados. Solicitou, por fim, que nas próximas propostas de PPA, LDO e LOA sejam realizadas audiências públicas durante a fase de elaboração, antes da remessa ao Legislativo. Em seguida, o Vereador Professor Hamilton Assis apresentou críticas ao processo de construção do Orçamento Municipal, destacando a necessidade de maior participação da população e afirmando que a peça não contempla de forma plena as demandas das comunidades periféricas. Observou a predominância de investimentos voltados a grandes obras em detrimento de áreas essenciais como Saúde e Educação. Registrou que secretarias como Reparação, Assistência Social e Infância e Juventude dispõem de recursos insuficientes e apontou desequilíbrio entre os valores destinados às escolas públicas e aqueles reservados à aquisição de vagas na rede privada. Enfatizou, ainda, a insuficiência do orçamento destinado ao enfrentamento do racismo e ressaltou a importância de que o planejamento orçamentário seja estruturado como instrumento de transformação social. O próximo a falar, o Vereador Sílvio Humberto questionou a baixa participação orçamentária destinada à Secretaria de Reparação, correspondente a aproximadamente 0,1% do total, apesar de nas divulgações institucionais Salvador se apresentar como referência nacional da cultura afro-brasileira. Destacou a necessidade de tratar o enfrentamento ao racismo como tema complexo e transversal e ressaltou a importância de inclusão da juventude nas políticas públicas. Mencionou, ainda, a necessidade de análise sobre o desempenho econômico do Município, cujo crescimento vem sendo superado por outras capitais, apontando a relevância de revisão das estratégias de desenvolvimento. Em seguida, foi franqueada a palavra ao público presente. O Sr. Aurelino Sales, assessor do Vereador Téo Senna, ressaltou a condução política do Orçamento, observando que as demandas da sociedade tendem a superar a disponibilidade de recursos. Trouxe à discussão a situação dos ostomizados, destacando que o Vereador Téo Senna apresentou emendas ao Plano Plurianual com vistas ao atendimento dessa pauta e enfatizando que a mobilização do segmento permanecerá na busca por melhores condições de assistência nas unidades públicas de saúde. Solicitou, em nome da Associação dos Ostomizados da Bahia, a sensibilidade dos responsáveis pela aprovação e execução do Orçamento para o atendimento da demanda apresentada. Na sequência, fez uso da



palavra o Sr. Rodrigo Iure, integrante do comitê de defesa do Sistema Único de Saúde, composto por trabalhadores e usuários. Recordou que, assim como já havia manifestado na audiência pública referente ao PPA, reiterava o pleito pela implantação de uma unidade de saúde no bairro de Praia Grande. Indagou ao Secretário Luiz Carreira se havia posicionamento da pasta sobre a solicitação, uma vez que o questionamento fora apresentado em audiência realizada duas semanas antes. Questionou, ainda, o modelo de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) previsto na proposta orçamentária e destacou a ausência de recursos destinados ao fortalecimento do controle social do SUS, especialmente no que se refere ao funcionamento dos conselhos municipais. Acrescentou questionamentos sobre os recursos previstos para a área de mobilidade urbana. Enfatizou, por fim, o papel institucional da Câmara Municipal na deliberação sobre a concessão de subsídios ao sistema de transporte público. Franqueada a palavra novamente aos vereadores, a parlamentar Aladilce solicitou esclarecimentos quanto à existência de previsão, no projeto em análise, para a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público municipal da área de saúde. Ressaltou a necessidade de atenção ampliada à saúde mental no Município e defendeu a transformação de todas as unidades dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em CAPS III, de modo a assegurar atendimento integral aos usuários. Abordou, ainda, o tema da regularização fundiária, indagando sobre a previsão orçamentária destinada à matéria, bem como à assistência técnica em arquitetura e engenharia, por entender tratar-se de componente essencial ao referido processo. Na sequência, o Vereador Cláudio Tinoco destacou a recuperação da capacidade financeira do Município desde o ano de 2013, atribuindo tal resultado à adequação e ao rigor da gestão fiscal, reconhecida por instituições nacionais especializadas. Informou, ademais, o incremento de 90% nas receitas provenientes de operações de crédito previstas para o exercício de 2026, em comparação com o ano de 2020, enfatizando a reorientação da aplicação desses recursos. Mencionou, por fim, obras e iniciativas em execução ou já concluídas que resultam dessas operações ao longo dos últimos anos. Em resposta, o Secretário da Casa Civil, Luiz Carreira agradeceu a todos pelos questionamentos apresentados e, em seguida, registrou que as discussões relativas ao orçamento, em muitos casos, ocorrem a posteriori. Informou que, durante o processo de formulação orçamentária, seria desejável que a Prefeitura recebesse maior número de contribuições, inclusive provenientes da Casa Legislativa. Destacou que parte dos recursos não se apresenta de forma imediatamente visível na execução das ações municipais, uma vez que parcela significativa possui natureza transversal, sendo distribuída e alocada entre os grandes programas constantes do projeto, citando, como exemplo, o Programa Salvador Social e as prioridades estabelecidas na área social. Ainda sobre o tema, acrescentou que, por exemplo, somados os recursos destinados à saúde e à educação, alcança-se aproximadamente 48% do total do orçamento. Prosseguindo, afirmou que, quanto à previsão de recursos para determinadas áreas, vêm sendo considerados, de maneira crescente, os indicadores de resultado, não mais se pautando a aferição apenas no desempenho por órgão, mas sim na efetividade das ações governamentais em relação às metas traçadas. Informou, ainda, que Salvador é, entre as capitais brasileiras, aquela que realiza o maior volume de repasses diretos à população por meio

de programas sociais municipais. Registrou, também, a maior mobilidade do orçamento municipal em comparação ao da União, enfatizando a capacidade de investimentos da cidade. No tocante à renúncia fiscal, esclareceu que sua totalidade é direcionada aos setores da cultura, do turismo e da atividade econômica, mencionando como exemplo os incentivos voltados à recuperação do Centro Histórico. Sobre o cumprimento do plano de governo e a execução orçamentária, afirmou que o plano referente ao mandato anterior do Chefe do Executivo Municipal foi amplamente executado, com a maioria das ações realizadas. Relativamente à educação de jovens e adultos, comprometeu-se a buscar os devidos esclarecimentos junto ao titular da pasta. Em relação aos recursos destinados à Câmara Municipal, registrou que a Constituição Federal estabelece o repasse de até 4,5% da receita oriunda de impostos, percentual que vem sendo observado pela Prefeitura. Segundo informou, é feita uma previsão inicial, com complementação ao final de cada exercício, quando o Tribunal competente encaminha o cálculo definitivo da receita. No que se refere à área de saúde mental, pontuou que o tema constitui igualmente preocupação da gestão municipal, ressaltando que a saúde, de modo geral, detém um dos maiores orçamentos do Município e vem apresentando crescimento anual. Salientou, entretanto, que o país necessita enfrentar o problema estrutural do financiamento da saúde, observando que não se pode compreender a área apenas sob a ótica do investimento, sendo imprescindível que parte desses recursos seja destinada ao custeio. Quanto à destinação de recursos aos conselhos municipais de saúde, afirmou que, embora não constem de forma específica, devem estar alocados no componente de gestão da saúde. Por fim, destacou a relevância do trabalho parlamentar, por constituir o elo mais próximo da população, ressaltando que são os vereadores que conhecem de maneira mais direta as demandas e anseios da comunidade. Colocou-se à disposição para receber por escrito os questionamentos que por ventura não foram contemplados durante sua fala. Encerradas as manifestações e não havendo mais questionamentos, o vereador Paulo Magalhães Júnior agradeceu aos representantes da Casa Civil, aos vereadores e ao público presente, enfatizando que o debate realizado fortalece o papel institucional da Câmara na construção de políticas públicas e reafirma o compromisso do Legislativo com o acompanhamento técnico e social do processo de elaboração da Lei Orçamentária. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrados os trabalhos e determinou a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.



ALEXANDRE AVELÚIA



KEL TORRES



PAULO MAGALHÃES JR.
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO



MARTA RODRIGUES